

INTERPRETAÇÃO DO INTERPRETANTE

Edward
Lopes

Constitui *sentido* a relação existente entre um signo-objeto e outros signos metalingüísticos que, alterando embora as dimensões do plano de expressão do signo-objeto, conservam o mesmo efeito-de-sentido do seu plano de conteúdo, traduzindo-o mais explicitamente. Essa definição concorda, por um lado, com a definição proposta para *sentido* na Teoria da Informação e da Comunicação (= quantidade de informação que permanece invariável nas operações repetidas de transcodificação) e com a definição proposta por Peirce para o sentido, sob o nome de **interpretante**. Por outro lado, é com essa concepção, implícita ou explícita, que trabalha o lexicógrafo, para quem o sentido de uma unidade léxica é a interpretação que déla dão outras unidades léxicas da mesma língua, nos dicionários monolíngües. A noção de interpretante não resolve o problema do sentido, é claro, pois não faz mais do que substituí-lo pelo problema da interpretação: a interpretação da noção de interpretante é o objetivo do presente trabalho.

O exercício de tradução da frase

1. I vitelli dei romani sono belli

proposto por Umberto Eco, mostra que o criptanalista executa um trabalho prévio ao do decodificador; a função do criptanalista é a de situar o **código de partida**, aquele que serviu para a codificação da mensagem. (Empregamos **código** no sentido de repertório de itens léxicos mais as regras da sua combinação; o código inclui, pois, um dicionário e uma gramática). A frase 1, por exemplo, pode ter sido codificada a partir do italiano, caso em que significaria

1. a. Os bezerros dos romanos são belos

e poderia ter sido codificada a partir do latim, caso em que significaria

1. b. Vai, Vitélio, ao som de guerra do deus romano

Situado o código de partida, cessa o trabalho do criptanalista e começa o trabalho do decodificador. Este inicia sua tarefa aceitando, sem discutí-las, duas premissas: em primeiro lugar, ele supõe que o criptanalista situou corretamente o código de partida; em segundo lugar, ele supõe que o código que serviu para a codificação da mensagem (**input**) seja também o código válido para a sua correta decodificação (**output**). Desse modo, o decodificador trabalhará com

(a) **um interpretante do código**, cuja função é a de traduzir a mensagem à luz das informações fornecidas pelo código de partida que a organizou. Assim, por exemplo, o primeiro elemento segmentável da frase 1 (isto é, /'), deixa-se descrever como *artigo*, *plural*, etc., através do código **italiano**, mas será descrito como *imperativo de eo, ivi, itum, iré*, etc., se o decodificarmos de acordo com o código **latim**.

O código, no entanto, informa demasiado (assim, Katz & Fodor comprovaram quatro sentidos diferentes para a mesma entrada léxica **bachelor**, no dicionário do inglês) e, ao mesmo tempo, informa muito pouco (a regra gramatical do português que veta a construção da frase ***bomber sopa**, porque o verbo comer só se pode combinar com um complemento que contenha os marcadores semânticos /alimento/ - /sólido/, não veta a construção de frases como **o imposto come todo o meu salário, esse carro come gasolina**, etc.). Por isso podemos pensar que o sentido de uma unidade lingüística tem de definir-se duplamente, no interior das correlações paradigmáticas do código e nas combinações sintagmáticas dos contextos em que ela ocorre. Quanto a este último, verificamos que **parte das informações-de-saída (output) que o interpretante do código fornece para a decodificação da frase, é re-introduzida na mensagem sob a forma de nova instrução computável**, por um processo análogo ao da realimentação (**feedback**) nos sistemas informacionais auto-regulados. Fragmentos da mensagem, fornecidos pelo interpretante do código, são promovidos, desta forma, ao estatuto meta-lingüístico de **princípio de equivalência** (Jakobson) organizador da sequencialidade frásica. A mensagem terá de decodificar-se, pois, num segundo momento, posterior ao momento da decodificação propiciada pelo interpretante do código, de acordo com

(b) **um interpretante do contexto**, cuja função é a de localizar, na contiguidade sintagmática, a **lei de similaridade** que preside o arranjo de toda a seqüência, dotando-a de urna certa redundância informacional.

Essa similaridade pode apresentar-se, no plano de expressão, como **reiteração regular de fragmentos fónicos equivalentes** (rima, aliteração, assonância), reiteração regular de pausas e acentos (métrica, ritmo), ou no plano de conteúdo, como reiteração regular de marcadores semânticos (figuras e classes). Aqui, algo pertencente à mensagem — mas inventariável no código, um padrão fonológico ou silábico, um complexo de semas invariantes —, retorna à mensagem para ser novamente computado como **segunda informação-de-saída** a ser retida e cotejada com a primeira informação-de-saída (a de grau/zero), fornecida pelo interpretante do código. O

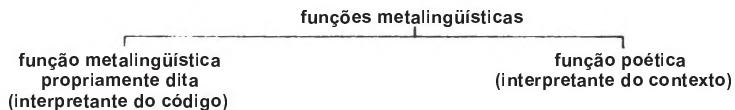
interpretante do contexto encarrega-se de traduzir essa segunda informação-de-saída como um **desvio eufórico** da **informação de grau zero**, anteriormente obtida pelo interpretante do código.

Aplicado à frase 1, **supra**, o interpretante do contexto esclareceria, por exemplo, que se trata de um verso de onze pés, de métrica trocaica

j_ i j _____ i _____ i _____ i
I vitelli dei romani sono belli

possuindo rima interna (**vitelli** — **belli**), etc.

NOTA — O interpretante do contexto é, nesta passagem, aquilo que Jakobson chamou de função poética da linguagem. No nosso ponto de vista, (a) o interpretante do código, e (b) o interpretante do contexto, possuem, ambos, o estatuto meta-lingüístico. As funções da linguagem aqui focalizadas, poderiam ser visualizadas como segue:



Os interpretantes (a) e (b) são operadores de sentido dos enunciados das línguas naturais (sistemas modelizantes primários). A descrição do seu sentido é tarefa da Semântica lingüística. Mas assim como os enunciados das línguas naturais, enquanto **parole**, só possuem sentido no interior da macroestrutura da **langue**, esta, por sua vez, só possui sentido no interior da estrutura maior da cultura que a utiliza para expressar-se: a **performance** lingüística, afinal de contas, é uma prática social, um **fazer cultural** dos indivíduos, um modo a mais entre tantos outros gestos igualmente definíveis como linguagens, de se exteriorizar e comunicar a racionalidade das ações humanas; a **ultima ratio** do sentido, aquilo de que a língua fala em definitivo e sempre, é a sociedade, seu irredutível universo do discurso.

A sistematização convencional dessas ações racionais, a criação de relações significativas entre elas, permite-lhes organizar-se como sistemas modelizantes secundários, dotados, também, de sentido. Para dar conta desse sentido que se acrescenta de muitos modos ao sentido do componente semântico das línguas naturais e o transcende, podemos pensar num interpretante que, à falta de melhor denominação, chamaremos ideológico. Teríamos, assim,

(c) **um interpretante ideológico**, cuja função é a de decodificar a

mensagem enquanto prática social, ou ação cultural do indivíduo, a partir dos códigos culturais que formam o complexo dos sistemas modelizantes secundários e concorrem para a formação da visão-do-mundo típica de cada comunidade. Ora, a visão-do-mundo é uma **competência** (no sentido chomskyano, um **saber implícito**) relativa a um código de valores: o interpretante ideológico trata, pois, dos **valores**, quer individuais (desvendáveis na **opção**, teoria da decisão pessoal, **axiologia**), quer grupais (desvendáveis nas **injunções**, positivas e negativas, **ideologia**).

Como assinalam Kmita & Lawniczak, o que dá fundamento à tese da racionalidade das ações humanas é o fato de que o homem age **intencionalmente**: o homem só se decide a agir quanto tem em mente a consecução de um **objetivo**. Os objetivos que um indivíduo deseja atingir através da sua ação constituem **valores** para esse indivíduo. Quando alguém atribuir à ação **A** de um indivíduo, um valor determinado, dizemos que há uma **interpretação**. Podemos dizer que há, entre outras possíveis modalidades de valores realizáveis pelo indivíduo e pela sociedade, **valores pragmáticos (ou não-sígnicos)** e **valores sígnicos**.

(1) valores pragmáticos ou não-sígnicos. São os que integram aquele tipo de ações racionais que não depende da interpretação alheia para desenvolver-se e alcançar os seus objetivos. Por exemplo, a fabricação de um par de sapatos comporta — em condições *normais* — apenas valores pragmáticos, pois o sapateiro alcançará o seu objetivo independentemente da existência de um intérprete para descobrir o sentido da sua ação (Kmita & Lawniczak).

NOTA — Não quer isto dizer que as ações não-sígnicas não possam ser interpretadas; o ponto é que, ao contrário das ações sígnicas, esse tipo de gestos não necessita da interpretação alheia para atingir o objetivo visado. Assim, a compra de um automóvel por um indivíduo é uma ação racional não-sígnica, não importando para a consumação do ato se os seus vizinhos lhe atribuem uma interpretação — ele comprou o carro para trabalhar na praça — ou outra qualquer — ele comprou o carro para alardear suas posses —, sejam estas interpretações corretas ou errôneas.

(2) valores sígnicos. São os que integram aquele tipo de ações que exige, para cumprir-se e alcançar o seu objetivo, a interpretação de um destinatário, determinado ou eventual. Por exemplo, o gesto de tirar o chapéu para saudar uma pessoa (destinatário), ou a enunciação de uma frase, são **ações sígnicas** porque elas só realizam seu objetivo se forem acompanhadas de uma interpretação da parte do destinatário desses comportamentos. Mais ainda: além da intervenção da interpretação é necessário - em muitos casos, mas não em todos —, que os destinatários **aceitem o sentido** da ação

interpretada: o sentido tem a propriedade da persuasão- **Uma interpretação acompanhada da aceitação do sentido interpretado constitui a compreensão** (Kmita & Lawniczak).

A compreensão é o ato mediante o qual os valores envolvidos numa mensagem (verbal ou de outro tipo) tomam-se propriedade comum aos dois sujeitos da ação, o destinador (remetente) e o destinatário.

A interpretação pode fazer-se num **sentido denotativo** quando o sentido da mensagem (verbal ou não) encontra-se fixado no interior de um **código semântico como relações inter-sígnicas** determinadas através de uma **posição opositiva** no sistema. Denotativamente um elemento lingüístico é aquilo que todos os demais elementos do mesmo código não são: o sentido denotado de (fr.) **rivière** (= rio que desagua noutro rio, sendo este **fleuve**) é o **lugar semântico** que essa lexia ocupa contrastado com o lugar semântico ocupado por **fleuve, lac, mer**, etc.. Assim também, no **código da gestualidade**, um gesto de saudação contrasta com os gestos de insulto, menosprezo, chameamento, etc.; a um gesto (expressão, E) relaciona-se (R) um conteúdo interpretativo (C), incluído no código da gestualidade onde ele figura como uma **unidade distintiva (mimema)** frente às demais unidades; nesse caso, o gesto é interpretado no interior de uma **linguagem denotada** (representável pela fórmula de Barthes: ERC).

Mas a interpretação de uma ação sígnica pode ser feita também num **sentido conotativo**, quando o destinatário associa à leitura denotada, **sentidos adicionais**, daquela derivados e que se reportam não às relações inter-sígnicas, mas sim às **relações sócio-culturais existentes entre os usuários dos signos**. Os sentido[^] conotativos relevam, pois, das confrontações entre enunciado/enunciação, contexto lingüístico/ contexto de situação, destinador/ destinatário da mensagem. Nesse caso, uma mensagem já decodificada denotativamente, representada pela fórmula ERC, é relacionada (R) com um conteúdo adicional (C) pertencente a um código semiótico mais vasto; essa mensagem é tomada, agora, como **performance** de uma **linguagem conotada** e pode ser representada pela fórmula de Barthes: (ERC)RC: **seu plano de expressão** é constituído por uma linguagem denotada (ERC) cuja **forma de expressão** é uma **retórica**; **seu plano de conteúdo** (C) é constituído por um relacionamento (R), na mente do destinatário de ERC com **sentidos adicionais** provenientes da **situação** (seu plano de conteúdo é um **fragmento de ideologia**).

Voltando ao nosso exemplo: se o destinatário D da ação A *tirar o chapéu*, praticada por um sujeito S, interpretar esse gesto como

S deseja saudar-me

a ação **A**, fixada como unidade diferencial no código semântico da gestualidade, foi interpretada como uma **ação sígnica denotada**. Mas se **D** interpreta essa ação do seguinte modo:

S deseja casar-se com minha filha; para isso, ele necessita da minha aprovação; logo, se ele me cumprimenta o faz apenas para captar a minha simpatia

a ação **A**, analisada não no seu relacionamento inter-sígnico mas ao nível do relacionamento social entre o destinatário **D** e o destinador **S**, foi interpretada como uma **ação sígnica conotada**. Neste caso se dá a interpretação, mas nem sempre se dá a compreensão.

Um código semântico é um sistema de regras de interpretação (não de regras de compreensão). Todo e qualquer indivíduo possui o conhecimento implícito das regras de interpretação convencionadas para o seu grupo e tem, assim, **competência** semântica suficiente para decodificar um grande número de ações racionais triviais. Qualquer indivíduo normal pode interpretar suficientemente bem os gestos banais de saudação, reprimenda, aplauso, etc., usados no seu próprio grupo. Mas essa competência para a decodificação não implica numa competência para a compreensão e nem mesmo numa competência para a correta interpretação das ações racionais mais elaboradas (interpretar um filme ou uma pintura, por exemplo).

A interpretação das ações racionais é dada por **regras de qualificação** (Kmita & Lawniczak) que são julgamentos do tipo *bom vs mau, desejável vs indesejável, louvável vs censurável*, etc. Quando uma ação sígnica é interpretada com um sentido conotativo contendo regras de qualificação compartilhadas por todos os membros de um mesmo grupo social, essa ação é interpretada ideologicamente. À interpretação:

S deseja casar-se com minha filha; para isso necessita da minha aprovação; logo, se ele me cumprimenta o faz apenas para captar a minha simpatia; ele se mostra, assim, bajulador e seu gesto é reprobatível.

é uma **interpretação ideológica da ação sígnica conotada tirar o chapéu**.

A ideologia constitui um código semântico de valores socialmente

qualificados, que os indivíduos de um mesmo meio cultural recebem já-prontos e utilizam na qualidade de **sentido último** das ações racionais sínica dos membros do seu grupo. Tais valores refletem a consciência do grupo (não a do indivíduo), são o **valor de troca** (não o **valor de uso**) das coisas, gestos e palavras tribais. Isso quer dizer que o sentido ideológico, ao mesmo tempo em que **interpreta os demais valores**, não se deixa interpretar por nenhum outro tipo de valores: os valores ideológicos são redundantes e, auto-centrados, prescindem de legitimações extemas. Se um grupo afirma, por exemplo, que o bem do Estado é mais importante do que o bem dos indivíduos, esse grupo se sentirá justificado de antemão para julgar boas ou más as ações dos indivíduos segundo concoram ou não para a consecução dos objetivos do Estado; em consequência, ele se sentirá livre para ampliar os limites de atuação do Estado à custa da diminuição das liberdades individuais e justificará qualquer intervenção na esfera de atuação dos particulares afirmando que os fins do Estado - ou da maioria, ou do bem comum - são mais importantes do que os objetivos dos indivíduos (ou das minorias...) e que supor o contrário seria insensatez, etc.; argumentações essas que, despojadas dos embustes da retórica que as envolve, exibem apenas a **petição do princípio** do mesmo plano de conteúdo ideológico.

Para os nossos propósitos, consideraremos, daqui por diante, o **interpretante ideológico apenas na sua qualidade de operador de sentido para os valores ideológicos implicados nas ações sínicas**. Cremos que ele poderá nos auxiliar a descobrir os sentidos subentendidos que um bom número de frases e outros gestos culturais aparentemente *inocentes* veicula, entranhado num **persuadere** retórico que é tanto mais eficaz quanto mais camufla a dimensão ideologicamente conotada do seu plano de conteúdo.

O que o interpretante ideológico expõe, com clareza, é essa camuflagem própria dos enunciados ao modo do parecer, fornecendo explicações que qualificam as pessoas e as ações que elas executam: numa frase como

2. Os ratos abandonam o navio

o interpretante ideológico possibilita a leitura do sentido conotativo (subentendido) *referência ao comportamento indigno dos que se preocupam apenas com a salvação da própria pele nos momentos de calamidade pública* (U. Eco).

Aplicando o interpretante ideológico à frase 1?, acima, *os bezerros dos romanos são belos*, que se realiza como uma ação sínica passível de ser

interpretada com o valor de um **gesto de (contra-) ideologia religiosa**, poder-se-ia ver, nesse enunciado, uma alusão velada acerca dos equívocos que ameaçam as pessoas que adoram ídolos sugestivos (*belos bezerros*), mas, ainda assim, *falsos ídolos* (subentendido conotado: *bezerros de ouro*).

Poderíamos ser tentados a dizer que a localização do código-departida compete ao criptanalista; a localização do interpretante do código, é a tarefa menos controvertida do semanticista; a localização do interpretante do contexto, cabe ao crítico literário; a localização do interpretante ideológico, fica a cargo dos semiólogos e culturólogos, de modo geral. Isso seria verdadeiro apenas parcialmente. Na realidade, essas tarefas todas não se excluem umas às outras, mas são complementares.

A apreensão do sentido é sempre o resultado de uma combinatória de todas as leituras efetuadas por esses interpretantes (**leitura plural**), cujo isolamento, aqui, não tem senão um valor heurístico. Teoricamente, ao menos, o estudioso da semiótica tem de haver-se com **todas** as possibilidades significativas dos sistemas lingüísticos primários e secundários.

Quando isolamos alguns desses interpretantes, aplicando-os na localização do sentido das mesmas ações signicas e dos mesmos enunciados lingüísticos e comparamos, em seguida, os diferentes resultados que eles nos permitem obter, verificamos que as diferentes interpretações não se anulam, mas se complementam. Impõe constantes re-menções a diferentes quadros de referência (códigos semânticos) subjacentes, esses interpretantes todos não se infirmam mutuamente, ainda que difiram, sempre, no tocante ao grau de adequabilidade das paráfrases que constroem para o mesmo **corpus** que lhes serve de mensagem-objeto. Tudo indica, por isso, que a leitura plural que eles organizam, esteja hierarquizada.

Na análise do sentido de um texto poético, por exemplo, se o interpretante do código fixa as primeiras isotopias, estas se submetem sempre à sanção ulterior do interpretante do contexto, que as domina; o que significa, em outros termos, que, do ponto de vista da organização hierárquica que se estabelece entre as diferentes isotopias, **a função do interpretante do contexto é a de interpretar a interpretação fornecida pelo interpretante do código; assim como a função do interpretante ideológico é a de interpretar essas interpretações anteriores, sem, ao mesmo tempo, deixar-se interpretar por nenhum outro interpretante.**

Se a interpretação obtida através do interpretante do código descre-

ve um semema S qualquer como o conjunto hierarquizado dos sememas ***1» *2» *3» *4»**^a a aplicação posterior do interpretante do contexto ao mesmo **corpus-objeto** poderá reconfigurar as posições internas da mesma descrição anterior sob uma forma **transformada**, apagando **\$3** ou **S4**, adicionando ao conjunto sêmico um quinto sema, ***5**, efetuando permutas de traços distintivos entre dois sememas vizinhos, etc.; o que não parece provável que se dê é a anulação total dos resultados obtidos pela operação anterior do interpretante do código.

Um exercício sobre os primeiros versos do poema **Comendadores jantando**, de João Cabral de Melo Neto, esclarecerá melhor esse ponto:

*Assentados, mais fundo que sentados,
eles sentam sobre as super-cadeiras*

.....

Se aceitarmos que a leitura programada nos dicionários fornece o interpretante do código para as unidades léxicas envolvidas, temos, para a unidade *assentados*:

(a) interpretante do código (cf. **Peq. Dic. Bras.** da **Lg. Port.**):

assentado - Adj. Sentado; firme; resolvido, etc.

(ou seja: *assentado = sentado; transcodificação por sinonímia*).

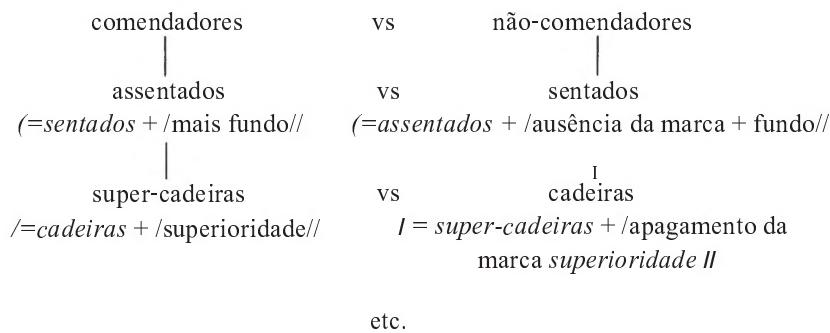
Já o interpretante do contexto, afirma que *assentados* é, nessa estrofe, algo diferente de *sentados*; na realidade, o termo *assentados* traduz-se, **aí**, explicitamente, no sintagma metalingüístico que o segue, como igual a *sentados mais o sema /mais fundo/*:

(b) interpretante do contexto:

assentados = sentados + /mais fundo/.

Como se verifica, qualquer que seja a descrição semântica de *assentados*, a leitura propiciada pelo interpretante do código não é invalidada — mas apenas transformada — pela leitura feita através do interpretante do contexto, que lhe adiciona um sema suplementar. O resultado dessa reinterpretação da interpretação anterior é o efeito de rearranjo dos elementos que se conhece com o nome de função poética.

Essa leitura é corroborada, na mesma estrofe, pelo segundo verso *eles sentam sobre as super-cadeiras*, no qual a lexia *super-cadeiras* só se deixa decodificar através da referência obrigatória à lexia implícita *cadeira*, membro do mesmo paradigma e, portanto, unidade virtual do **meta-texto**. Esse complexo jogo de homologações, rearranjos, transformações — de reinterpretações — entre as paráfrases obtidas pelo interpretante do código e do contexto, possibilita a construção da oposição binária entre texto e meta-texto, representado este último pelas lexias *cadeiras* e *não-comendadores*, ausentes do texto mas inventariáveis nas correlações lógico-paradigmáticas que ele organiza (*assentados : sentados :: comendadores : x; super-cadeiras: cadeiras :: comendadores : x*):



NOTA: A correlação é uma oposição cujos dois termos antónimos constituem — cada um deles — uma oposição fixada sobre a mesma razão proporcional. Em

$$\begin{array}{ccccc}
 2 & : & 8 & :: & 8 : x \\
 1 & & \frac{1}{\text{I}} & \text{---} & \frac{1}{\text{II}} \frac{1}{\text{I}}
 \end{array}$$

verificamos que o segundo termo da I oposição é obtido através da operação que consiste em multiplicá-lo por 4, sua razão proporcional; efetuando a mesma operação na II oposição, eliminamos a variável x, obtendo:

$$2 : 8 :: 8 : 32$$

32, o termo descoberto para substituir a variável x, constitui, para nós, uma unidade do meta-texto. Em outras palavras, as duas oposições (I e II) são mutuamente substituíveis, conservando a identidade de seu plano de conteúdo. Para duas oposições quaisquer, I e II, se I é idêntica a II, então se I possui uma certa propriedade (razão, R), II a possui também. Resumidamente, se $I = II$, então $R.I = R.II$, pois I e II são variáveis, ao passo que R é uma constante. Um exemplo, aplicado à leitura de Iracema, de José de Alencar: seja I = Iracema, II = natureza brasileira, e R = violação. Operando $1 = 11$, $R.I = 11R$, temos que a violação de Iracema = violação da natureza brasileira. O romance de José de Alencar pode ser situado, assim, sobre duas isotopias actoriais, a primeira concernente ao ator humano Iracema e a segunda concernente ao ator não-humano natureza brasileira, (fábula do texto e fábula do meta-texto), postos numa relação hierárquica pois a segunda isotopia se lê através da primeira, ou seja, a primeira, (ERC), serve de plano de expressão da segunda, (ERC)RC, que é a isotopia predominante.

Voltando ao poema **Comendadores jantando**, a isotopia fundamental do poema parece reduzir-se, assim, à estrutura elementar da significação (Greimas) que:

(1) na sua formulação lógica, opõe dois termos que são, simultaneamente, parcialmente iguais (aspecto conjuntivo) e parcialmente diferentes (aspecto disjuntivo). Tais termos (sj vs S2) são **unidades sêmicas**, pertencentes à **estrutura imanente** da língua-objeto e constituem a **forma do conteúdo** lingüístico, anterior a qualquer investimento semântico;

(2) na sua formulação semântico-funcional, opõe dois termos simultaneamente conjuntivos - disjuntivos, parcialmente saturados como classemáticos

saturáveis, ainda, no contexto discursivo, pela informação adicional dos sistemas contextuais, como /materialidade/ /imaterialidade/:

```
graph TD; Superioridade[/superioridade/] --> Materialidade1[/materialidade/]; Superioridade --> Imaterialidade1[/imaterialidade/]; Inferioridade[/inferioridade/] --> Materialidade2[/materialidade/]; Inferioridade --> Imaterialidade2[/imaterialidade/]
```

Tais classemas, que são redundantes, respondem pela conservação do plano do conteúdo, apesar da variabilidade do plano de expressão dos sememas, na diátese discursiva do texto. Eles possibilitam, por isso, a apreensão das isotopias.

(3) na sua formulação semiótico-narrativa, opõe uma série de atores redutíveis a dois actantes autónimos

comendadores vs não-comendadores
(texto) (meta-texto)

e que são, por sua vez, **saturáveis ideologicamente**, ao nível conotado, como representantes das duas classes de indivíduos que compõe a estrutura das dominações sociais, hierarquizadas como **dominadores** (*comendadores*) / **dominados** (*não-comendadores*).

Vê-se, aí, que como componente da estrutura profunda das línguas naturais, as articulações do plano sêmico só podem ascender à instância da

manifestação lingüística se essa estrutura profunda for investida por uma **substância do conteúdo** qualquer, lexicalizável. Cada investimento particular, relevando de uma **performance** do falante, faz a passagem da estrutura sêmica subjacente para a instância da manifestação lingüística, nos atos concretos da fala, onde essa estrutura se projeta como uma **interpretação fonológica interpretável semânticamente**, ou seja, transforma-a em **eixo semântico** (*unidade da substância do conteúdo articulada em estrutura*, Greimas).

O que é constante na formulação de (1), (2) e (3), acima, parece demonstrar que o mecanismo fundamental da paráfrase transcodificadora se deixa descrever, em última análise, através da operação (ou das operações seguidas) **conjunção com um gênero próximo -I-** **disjunção com uma diferença específica**, na definição aristotélica. É o que testaremos nesta última parte do nosso trabalho, dedicada à análise do sentido isolado pelo **interpretante do código** e pelo **interpretante ideológico**, tal como eles se apresentam nos dicionários.

O **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** define a lexia *crepúsculo*, por exemplo, do seguinte modo:

Crepúsculo = S.m. A luz frousa que precede o nascer do sol e persiste algum tempo depois de ele se por. (Fig.) Decadência. Ocaso.

Trata-se, em princípio, antes e depois do sinal de equivalência (=) por nós colocado, do mesmo **semema** (por isso colocamos o sinal =). À esquerda de = temos a **forma condensada** do semema, a sua **denominação**; à direita de =, temos o mesmo semema sob a **forma expandida** da sua **definição**.

As várias coberturas lexemáticas informam, de um lado, que o mesmo plano do conteúdo pode ser manifestado mediante planos de expressão de diferentes dimensões e, de outro lado, insinuam a hipótese de que possamos estudar, através da forma expandida com que o semema se define, o mecanismo pelo qual o seu plano de conteúdo é construído sintagmática-mente. Entram na construção dessa definição.

(a) **um morfo-semema classemático:** **s.** /substantivo/ (definição do elemento através do papel semântico-funcional da classe a que pertence: é um **classema**);

(b) **um morfo-semema diferenciador de (a): m.** /masculino/;

(c) um se ma de actante-sujeito manifestado por um ator não-figurativo ou — abreviadamente — um sema actorial: *luz*\

NOTA - Não se deve, naturalmente, confundir a manifestação actorial lexicalizada como *luz* com a entidade actancial abstrata que lhe corresponde, luminosidade.

(d) um sema qualificacional (diferenciador) de (c): *fróuxa*;

(e) dois semas funcionais-práticos:

- (e1) — *Q^{ue} precede o nascer do sol*;
(e2) - *Q^{ue} persiste algum tempo depois de ele se por*.^{ss}

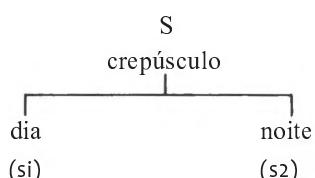
A relação estabelecida entre estes dois últimos semas, (e1) e (e2), está montada sobre o eixo de uma dupla oposição:

antes	vs	depois
	e	
nascer do sol	vs	por do sol

Essa dupla oposição fixa a **função** do ator não-figurativo *hiz* a partir do seu **fazer** cósmico-temporal: *antes* vs *depois*, *nascer do sol* vs *pôr-do-sol*, possuem em comum o marcador semântico /temporalidade/. Se, para estabelecer a correlação entre as duas oposições, fixarmos a **razão proporcional** no mesmo polo **depois**, podemos ler:

depois do nacer do sol = dia
depois do pôr-do-sol = noite

Dia e **noite** constituem, pois, os pontos fundamentais da oposição e se comportam como termos sêmicos disjuntivos (si vs S2), em relação aos quais o **crepúsculo**, que tem **algo do dia e tem, simultaneamente, algo da noite**, constitui o termo complexo, S (S = si + S2):

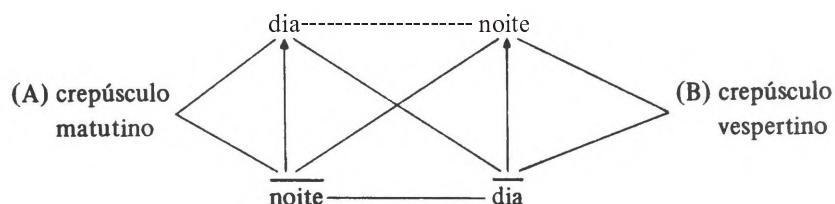


NOTA — Deve-se observar que a unidade dia tem uma dupla definição em

português:

- (a) como lexia: tempo em que a Terra é iluminada pelo Sol;
- (b) como arquilexia: tempo em que a Terra faz o movimento de rotação em torno do seu próprio eixo (ou seja: dia — noite, /tempo em que a terra não é iluminada pelo sol/). A definição de crepúsculo no dicionário exemplifica isso; no diagrama anterior, no entanto, privilegia o sentido da lexia dia, e não da arquilexia.

Se o diagrama **supra** situa *crepúsculo* enquanto manifestação investida do paradigma, enquanto *crepúsculo-tipo*, ele não basta, contudo, para dar conta do seu **status** ocorencial, que terá de ser, forçosamente, **implicado ou bem ao dia, ou bem à noite**. Isso significa que precisamos estabelecer outros dois tipos de articulações sêmicas, as que se ligam ao que Brondal chama de **complexo positivo** e **complexo negativo**, caracterizados pelo predomínio de um ou outro sema no interior do complexo sêmico (Greimas). Os eixos de implicação do quadrado semiótico construído por Greimas & Rastier, podem nos auxiliar a descrever ambas as coisas:



NOTA — Diferentes planos de expressão lexicalizados para o semema (A) de crepúsculo matutino, são, em português, aurora, alba, dilúculo, alvorecer, alvorada, amanhecer, etc.; diferentes planos de expressão lexicalizados na língua portuguesa para o semema (B) crepúsculo vespertino, são: entardecer, anoitecer, lusco-fusco, boca da noite, etc. Vê-se, aí, que tal como acontece com dia, o termo crepúsculo é uma arquilexia, cujo sentido só se explicita em contextos determinados, através da absorção dos semas contextuais provenientes dos sememas de matutino/vespertino com os quais forma sintagma.

O sema (e i) que precede o nascer do sol situa-se no lado esquerdo do quadrado semiótico (eqüivalendo a não-noite, aproximada do dia), ao passo que (e2) que persiste algum tempo depois de ele se por, situa-se no lado direito do quadrado, onde eqüivale a não-dia, aproximado da noite. Aqui se esgota a definição funcional-prática de *crepúsculo*.

Quanto à notação (*Fig.*), ela serve para assinar as possíveis leituras efetuadas com o auxílio do interpretante ideológico, propiciadas por outros sub-códigos. (*Fig.*), marca, ao nível da enunciação, que se deve efectuar uma leitura do enunciado que segue sobre a isotopia ideológica. Pois com *decadência, ocaso*, temos **sentidos que não se referem à isotopia tempo-**

rai cósmica - descrita à esquerda de (Fig.) - mas sim à isotopia temporal mítica, produto da **complexificação** da dinâmica de passagem do tempo cósmico mais a dinâmica de passagem do tempo humano ou noológico.

Mostra-se, aqui, mais uma vez, que a leitura feita através do interpretante do código não é invalidada, mas apenas transformada, pela leitura obtida mediante a utilização do interpretante do contexto, que a interpreta. Assim, a semelhança entre um fazer cósmico ou não humano, e um fazer noológico ou humano, **não importa numa identificação** total de ambos, porque o uso comunitário da expressão *crepúsculo* para referir-se a seres humanos, privilegiou um sentido mitificante (ideológico) dessa **arquilexia**, transformando-a em **lexia**—ideologema através da escolha repetida do sentido particular iio semema (B) **crepúsculo vespertino**, com o correspondente rechaço sistemático da possibilidade aberta pelo interpretante do código, o semema (A) **crepúsculo matutino**. Essa fixação cultural, característica da propriedade redundante das ideologias, autoriza-nos a efetuar a seguinte homologação entre os diferentes sentidos que localizamos para o verbete *crepúsculo*:

Leitura plural de *crepúsculo*

Interpretantes	Leituras	Unidade	Isotopia
Interpretante do código	(A)=fim da noite + começo do dia	Arquilexia	Isotopia temporal cósmica
	(B)=fim do dia 4- começo da noite		
Interpretante do contexto	(C)=(A) ou (B) + transformação	Lexia	Isotopia temporal mítica
	(D)=fim da vida -t- começo da morte		

Vê-se, aí, a constituição do **polo metafórico** da linguagem: *decadência, ocaso*, não são semas constituintes da definição de *crepúsculo* - não constam do enunciado *luz froíxa que precede o nascer do sol e persiste algum tempo depois de ele se por*), que já está coerentizado por um único efeito-de-sentido; eles são, apenas, dois membros não-selecionados da mesma classe paradigmática a que se pode filiar, metaforicamente, o termo *crepúsculo*, seu similar. Frases como

Aprendeu a ler já no crepúsculo da vida

se deixam parafrasear através de *ocaso* e *decadência* porque estes equivalem a metáforas cristalizadas (portadoras de ideologemas). É o que aproxima *decadência*, *ocaso* do estatuto dos **semas funcionais míticos**.

Essa descrição sumária do mecanismo pelo qual o dicionário descreve, sintagmáticamente, o semema de *crepúsculo*, corrobora a nossa suposição inicial de que seria possível conceber o mecanismo descritor do sentido em termos de conjunção a um género próximo (o **universo de sentido**), seguida de disjunção por diferença específica no interior do mesmo universo de sentido. Desse modo, o sema (b) *masculino*, introduz uma diferença específica no universo de discurso a que pertence (a) *substantivo*; e (d) *frouxa*, introduz uma diferença específica dentro do universo de sentido em que se inscreve (c) *luz*; (ei) e (e2), por sua vez, especificam-se mutualmente a partir da fixação de dois momentos opostos dentro do mesmo universo semântico em que se informa a funcionalidade do ator em questão.

De modo análogo, a notação (*Fig.*) demarca, à sua esquerda, a parte definitória devida ao interpretante do código, separando-a da parte não-definitória mas substitutiva (à direita da notação (*Fig.*), a que se deve aplicar o interpretante ideológico.

Starting from Charles S. Peirce's concept of the **interpreter**, the author examines the semiotic conditions permitting the appearance of textual significance as a rearrangement of the **meanings fixed by the extratextural code**. In this way, three different types of interpreters are distinguished: (1) an Interpreter of the Code; (2) an Interpreter of the Context; (3) an Ideological Interpreter. These are placed in hierarchical order by a structure of **dominations** such that the function of the Interpreter of the Context seems to be that of interpreting the Interpreter of the Code, which in turn serves as the interpreter of the Ideologic Interpreter, the final instance of the meanings comprising the sign-giving practices which we call **texts**.

L'auteur s'appuie sur la définition que donne Ch. S. Peirce du concept **d'interprétant**, pour examiner ensuite les conditions sémiotiques qui rendent possible l'existence de la signification textuelle, en tant que **réconfiguration des sens fixés par le code extratextuel**, d'où on est parti. On isole de la sorte trois types d'interprétants:

- (a) un Interprétant du Code;
- (b) un Interprétant du Contexte;
- (c) un Interprétant Idéologique, hiérarchisés par une structure de **dominations**. De cette façon, la fonction de l'interprétant du Contexte semble être celle d'interpréter l'interprétant du Code, tout en le subordonnant à son tour à l'interprétation de l'interprétant Idéologique, comme la dernière instance des sens configurés dans les pratiques signiques que nous appelons **textes**.